

---

**ENTRE A LITERATURA E O ENSINO: UM BALANÇO  
DAS TEMATIZAÇÕES BRASILEIRAS (E ASSISENSES)  
SOBRE LITERATURA INFANTIL E JUVENIL**

*Maria do Rosário Mortatti MAGNANI\**

*Introdução*

Filha legítima e diletta das relações entre literatura e ensino, a literatura infantil e juvenil tem sido, no Brasil, objeto de tematizações sempre polêmicas, desde pelo menos o final do século XIX. Visando à inserção na temática geral deste Seminário — “Estudos Literários em Assis: ontem e hoje” —, apresento a seguir questões para debate suscitadas por um balanço das tematizações sobre literatura infantil e juvenil produzidas no Brasil, ao longo desse período, nesse âmbito situando-se a produção na linha de pesquisa “Literatura e Ensino”, do Curso de Pós-Graduação em Letras da UNESP/Assis, entre 1986 e 1996. Elaborado com base na recuperação, reunião, seleção e organização da bibliografia disponível — aproximadamente 300 títulos, entre livros, partes de livros, teses e dissertações, artigos em periódicos, verbetes de dicionário e bibliografias especializadas, o primeiro deles datado de 1879 e o último de 1996 — e a despeito do caráter provisório dos dados coletados até o momento<sup>112</sup>, esse balanço permite, dentre tantas outras possibilidades de problematização, apreender o movimento de constituição da literatura infantil e juvenil como campo de conhecimento e pesquisa, contribuindo para uma melhor compreensão dos avanços, problemas e possibilidades desse campo ainda fecundo e promissor.

*Um século (pelo menos) de tematizações brasileiras sobre literatura infantil e juvenil*

---

\* UNESP - Presidente Prudente/Assis/Marília

Desde o final do século XIX, conforme apontam vários estudiosos do gênero, pode-se verificar, em nosso país, a preocupação programática com a produção de livros para crianças traduzidos e/ou produzidos por brasileiros e adequados às crianças leitoras em situação escolar. Situado muito mais no nível das concretizações e normatizações e diretamente relacionado com o engendramento de uma cultura escolar urbana no período pós-republicano, esse fenômeno apenas mais tardiamente passa a demandar a produção sistemática de tematizações, especialmente relacionadas a um “gênero” nele subsumido: a literatura infantil. Inicialmente esparsas e episódicas, essas tematizações permitem compreender a construção histórica de um campo de conhecimento e seus objetos de investigação, cuja identidade e especificidade oscilam constantemente entre ser ramo da Educação ou das Letras, dependendo do lugar de onde falam os sujeitos desses discursos, em ambos os casos subordinadas (essas tematizações) a valores, finalidades sociais e científicas, métodos de abordagem característicos dessas áreas e seus respectivos campos de conhecimento.

Paralelamente, no entanto, ao chamado “boom” da produção de livros para crianças e jovens, recorrentemente apontado como um fenômeno cultural-educacional que se verifica em nosso país, a partir da década de 1970, em estreita relação com determinadas condições políticas, sociais e econômicas, observa-se — sobretudo a partir dessa década — o gradativo aumento do número de pesquisas e estudos acadêmicos (nas áreas de Letras, Educação, Psicologia e Biblioteconomia, principalmente) sobre literatura infantil e juvenil; a reivindicação, por parte dos pesquisadores atuantes no âmbito dos estudos literários, da natureza de “gênero literário” da literatura infantil; sua também gradativa inserção e institucionalização como matéria de ensino e/ou disciplina nos currículos dos cursos de formação de professores em nível de 3o. grau — a exemplo do que já vinha ocorrendo com esses cursos no nível secundário —, especialmente nas licenciaturas em Pedagogia e Letras, ou ainda nos cursos de Biblioteconomia ou na Pós-Graduação em Letras e, não raro, em Educação; e, ainda, a organização de entidades e projetos governamentais ou não, de centros e grupos acadêmicos de pesquisa, de seminários e congressos relativos à divulgação e discussão dos problemas concernentes à leitura e a literatura infantil.

Analisando as tematizações produzidas ao longo de aproximadamente um século, destaco, dentre tantos outros, os seguintes aspectos, que me parecem mais pertinentes aos objetivos desta mesa-redonda.

## 1. Distribuição das tematizações ao longo do período em foco:

– as primeiras tematizações (1879 a 1920, aproximadamente) encontram-se dispersas como referências breves em prefácios de livros didáticos (cartilhas, livros de leitura) ou de literatura para crianças ou como “pano de fundo” para estabelecimento de juízos de valor, em textos de crítica literária;

– aproximadamente a partir da década de 1920 até a década de 1960, mais sistematizadas, passam a constituir capítulos inteiros ou parte deles, em livros e compêndios sobre educação, pedagogia ou metodologia do ensino primário, da linguagem e da leitura;

– a partir da década de 1970, encontram-se, também mais sistematizadas, em capítulos de livros sobre literatura e, a partir da década de 1980, em coletâneas sobre literatura infantil e leitura na escola;

– na década de 1950, surge o primeiro livro (*Problemas de literatura infantil*, 1951, de Cecília Meireles) que tematiza especificamente a literatura infantil, continuando a crescer esse tipo de produção na década de 1960 e solidificando-se nas décadas de 1980 e 1990;

– encontrados esparsamente nas décadas anteriores, os artigos que tematizam especificamente a literatura infantil assim como os veículos em que são publicados (suplementos literários de jornais, revistas especializadas, boletins de entidades e anais de congressos sobre o tema) têm seu número aumentado a partir da década de 1970, intensificando-se nas décadas seguintes;

– as teses e dissertações sobre literatura infantil e juvenil são produzidas ainda esparsamente na década de 1970, intensificando-se esse tipo de produção acadêmica nas décadas de 1980 e 1990; e

– no final da década de 1960, começam a ser editadas obras de referência sobre literatura infantil: bibliografias especializadas, dicionários críticos e catálogos analíticos, produzidos por autores individuais ou por entidades e órgãos ligados à literatura infantil, à leitura e à educação.

## 2. Distribuição das tematizações por autor/sexo:

– alguns autores vão-se destacando seja pelo número de textos produzidos, seja pelo número de edições alcançadas por seus livros, seja ainda pelas recorrentes citações de que são objeto, constituindo-se como “especialistas em literatura infantil”, seus textos como “clássicos” e de

referência obrigatória e seus pressupostos teóricos e métodos de abordagem, como hegemônicos e consensuais, sobretudo a partir da intensificação da produção acadêmica; dentre tantos, destaco, em ordem cronológica e apenas a título de exemplificação: Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Cecília Meireles, Bárbara V. Carvalho, Leonardo Arroyo, Nelly N. Coelho, Regina Zilberman, Marisa Lajolo, Lígia Cadermatori, Eliana Yunes, F. Abramovich, Laura C. Sandroni, M. Glória Bordini, Edmir Perroti;

– se, entre os primeiros tematizadores, encontravam-se majoritariamente homens (atuantes nas áreas de Letras e Educação), a partir da década de 1950 acentua-se a participação das mulheres (atuantes nas áreas de Educação, Letras e Psicologia), que passam a predominar como autoras de livros, teses e dissertações, artigos e bibliografias especializadas, em decorrência de sua condição seja de professoras universitárias seja de ocupantes de cargos executivos ou consultivos junto a instituições de pesquisa, entidades ou órgãos ligados à leitura, literatura infantil e educação.

### 3. Distribuição de tematizações por região, editora e instituição:

– a maior parte das tematizações, sobretudo nas últimas décadas, encontra-se na região Sudeste, especialmente em SP, RJ e MG, e na região Sul, especialmente no RS (P. Alegre);

– as editoras que mais publicaram livros onde se tematiza a literatura infantil encontram-se nos estados de: São Paulo (Melhoramentos, Ática, Global, Brasiliense, Quiron, Summus, dentre tantas outras); Rio de Janeiro (Francisco Alves, Vozes, Agir, dentre tantas outras); e Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (Mercado Aberto);

– as instituições no âmbito das quais se produziu a maioria das teses e dissertações sobre literatura infantil encontram-se nos estados de: São Paulo — USP, UNICAMP, UNESP, PUC-SP; Rio de Janeiro — UFRJ, UFF; Minas Gerais — UFMG; e Rio Grande do Sul — PUC/RS (CPL);

### 4. Distribuição das tematizações por área de conhecimento e/ou de atuação de seus autores:

– desde as primeiras tematizações, observam-se abordagens oscilantes entre o ponto de vista da crítica literária e o dos estudos em

pedagogia e metodologia do ensino, não se caracterizando, ainda, a literatura infantil como tema e objeto, uma vez que dela se tratava subsumidamente à questão mais genérica do livro para crianças;

– a partir aproximadamente da década de 1930, passa-se também a abordar a literatura infantil do ponto de vista da Psicologia;

– com a sistematização das tematizações e o estatuto acadêmico científico conferido à literatura infantil paralelamente à emergência de teses e dissertações — fenômeno que se intensifica nas décadas de 1980 e 1990 — observa-se que aquela oscilação histórica se mantém, embora se verifique uma certa sedimentação de pressupostos e abordagens (baseadas na história social e cultural, no estruturalismo e nos princípios e finalidades políticas que engendram os programas de incentivo à leitura), junto com uma ampliação das áreas de conhecimento e/ou de atuação dos autores, conforme indicam os Departamentos, Faculdades e Centros de Pesquisa de origem: Letras/literatura (USP, UNICAMP, UNESP, PUC-RS/CPL, UFMG, UFF, UFRJ), Educação (USP, UNICAMP, PUC-SP), Psicologia (USP, UNICAMP), Artes (USP), dentre outros; e

– alguns dos já consagrados “especialistas em literatura infantil” passam também a orientar teses e dissertações, dando continuidade à sua produção e contribuindo para se conferir hegemonia e “tradição” a certos pressupostos e métodos de abordagens.

#### *Uma década de produção científico-acadêmica assisense sobre literatura infantil e juvenil*

Considerando-se a situação brasileira apontada acima, a produção do Curso de Pós-Graduação em Letras da UNESP-Assis em relação à literatura infantil e juvenil não apresenta grandes variações. Considerando-se, no entanto, a tradição justamente reivindicada por este campus, em relação aos estudos literários, parece recente o interesse pelos estudos sobre literatura infantil e juvenil.

Mediante consulta<sup>113</sup> à Seção de Pós-Graduação em Letras, desta Faculdade, obtive as seguintes informações, relativas à produção na linha de pesquisa “Literatura e Ensino”:

– a primeira defesa de dissertação de mestrado (nessa linha de pesquisa) ocorre em 1986 e a última em 1996;

– ao longo dessa década, foram defendidas, ainda nessa linha de pesquisa, 9 dissertações de mestrado e nenhuma tese de doutorado;

dentre essas 9 dissertações, 7 tratam de temas direta ou indiretamente relacionados à literatura infantil e juvenil;

– tematizando a literatura infantil e juvenil, têm-se 1 dissertação defendida em 1986; 1, em 1987; 3, em 1993; 1, em 1994; e 1, em 1996;

– os métodos, assim como os pressupostos teóricos que puderam identificar-se pelos títulos, são diversificados: estudos sobre autor e obra/livro (João Ubaldo Ribeiro, Ligia B. Nunes, Ricardo Ramos); estudos sobre aspectos pedagógicos, ideológicos e teóricos; pressupostos advindos da Semiótica, da Estética da Recepção, da Filosofia da Arte; e

– os orientadores também são diversificados, dois deles aparecendo duas vezes.

Vale ressaltar, no caso deste campus, o relevante papel desempenhado, desde o final da década de 1980, pelo Grupo de Pesquisa responsável pelo desenvolvimento do projeto “Leitura na Escola: Núcleo Regional de Pesquisa”, que conta com a participação, dentre outros, de estudantes de pós-graduação.

*Entre a literatura e o ensino: avanços, problemas e possibilidades colocadas pelo movimento histórico de constituição da literatura infantil e juvenil como campo de conhecimento e pesquisa*

Dentre tantas possibilidades de problematização sugeridas pelos aspectos apresentados acima e relativos à situação tanto brasileira quanto assisense, gostaria de focar o movimento histórico de constituição da literatura infantil e juvenil como campo de conhecimento e pesquisa, enquanto fenômeno que, observado do ponto de vista do presente, pode ser considerado emergente, demandando reflexões e suscitando questões para o debate.

No âmbito desse movimento vai crescendo significativamente o número de tematizações, ao mesmo tempo em que vão-se configurando, paralelamente à expansão e solidificação da produção acadêmica:

– temas e objetos específicos e cada vez mais especializados, como os estudos críticos sobre livros ou obra de determinado autor, com destaque para Monteiro Lobato, Lygia B. Nunes, Ana M. Machado, João C. Marinho, Ruth Rocha, Stella Carr, dentre tantos outros;

– tipos de tematizações privilegiadas: das primeiras esparsas e episódicas aos ensaios e aos diferentes “gêneros” de pesquisa acadêmica;

– a condição dos estudos literários como locus privilegiado para a

produção acadêmica sobre literatura infantil, uma vez que, nesse âmbito, é possível abordar a especificidade do texto, enquanto manifestação verbal escrita do gênero; e

– valores e finalidades sociais e científicos, assim como pressupostos teóricos e métodos de investigação em voga, à época e na instituição de origem, como os relativos ao Estruturalismo e Semiótica, à história de caráter sociológico, aos aspectos ideológicos da literatura para crianças, à Estética da Recepção, à Psicanálise, à didática e metodologia do ensino da literatura, dentre tantos outros.

Observa-se, ainda, que o tema vai ganhando identidade e especificidade; a seu respeito vai-se produzindo uma superespecialização classificatória do gênero (com novas designações, de acordo com a maior precisão da faixa etária do público previsto: “literatura infanto-juvenil”, “infantil e juvenil”, “juvenil”) e exploratória dos sub-gêneros envolvidos (contos de fadas, poesia, novelas, dentre outros) assim como de aspectos pontuais (personagens, recursos expressivos, ilustração, dentre outros), verificando-se, ainda, a tendência à sistematização crescente de uma teoria da literatura infantil, em torno da qual vai-se configurando um campo de conhecimento interdisciplinar, necessariamente.

Embora interdisciplinar, no entanto, dada a sua manifestação predominantemente sob a forma de texto verbal escrito, a literatura infantil e juvenil tende a ser abordada em sua especificidade como “gênero literário” e sua tematização acadêmica reivindicada sobretudo pelos pesquisadores que atuam no âmbito dos estudos literários, estando, portanto, subordinada aos objetivos e métodos da Teoria, da Crítica ou da História Literárias.

Nesse âmbito, a despeito dos avanços — como, por exemplo, o representado pela assunção da literatura infantil como gênero literário e pela reivindicação de seu estudo pelos que desenvolvem pesquisas sobre literatura, uma vez que apenas nesse âmbito é possível proceder a uma análise interna do texto de literatura infantil, salvaguardando sua especificidade —, ainda se verificam novos problemas decorrentes do entrecruzamento daquela oscilação histórica entre literatura e ensino, observada desde as primeiras tematizações, e da chamada “crise de paradigmas” assim como da função social da universidade, entrecruzamento esse que caracteriza a cena acadêmica brasileira, à época (década de 1970) em que nela adentra a literatura infantil e juvenil. Dentre esses problemas, destaco para o debate:

– a não unanimidade em relação ao reconhecimento do estatuto acadêmico-científico dos estudos e pesquisas sobre literatura infantil e juvenil, por parte de pesquisadores que atuam no âmbito dos estudos literários, preocupados, desde então, em aprofundar ou em rever modismos como o estruturalismo, em buscar novos (e mais nobres) objetos e métodos de abordagem da literatura, a fim de justificar científica e socialmente seu estudo, sobretudo a partir do momento em que, sob a influência do clima de “pós-modernidade” e de “globalização”, passa-se a questionar a própria validade e necessidade da literatura;

– a identificação desabonadora, embora sofismática, entre menoridade do público previsto, menoridade da literatura a ele destinada e menoridade dessa literatura como objeto de estudo e pesquisa;

– o incômodo, mas sempre presente, impasse básico constitutivo do gênero — ser produzido por um adulto para ser lido por uma criança ou jovem em situação escolar ou em decorrência dela — e suas indissociáveis relações históricas com a educação e a escola, a ser considerados como complicadores que, entrecruzando-se, por sua vez, com a tradição da literatura infantil como disciplina dos cursos de formação de professores no 2º. e posteriormente no 3º. grau, embaçam a valoração e as finalidades das pesquisas sobre o gênero, por induzirem a justificá-las no âmbito da tendência à escolarização (transmissão de conhecimentos e técnicas) das licenciaturas (especialmente onde LIJ comparece como disciplina) e da pós-graduação e mediante as “modernas” concepções de universidade como prestadora de serviços e de docência e pesquisa “de resultados”, a fim de se enfrentar a “inessencialidade” desses campos de pesquisa (assim como de todas as Ciências Humanas), neste final de século; e

– embora, no âmbito dos estudos literários, conviva, ainda hoje, uma diversidade de pontos de vista teórico-metodológicos a que se submete a literatura infantil — estruturalismo, estética da recepção, sociologia da literatura, entre outros —, uma limitação se mantém recorrentemente ressalvada pelos estudiosos do gênero e ao mesmo tempo indicadora de um impasse básico constitutivo, neste caso, do estudos e pesquisas sobre o gênero, em sua situação atual de campo de conhecimento emergente: os métodos de abordagem, as técnicas e os procedimentos acabam sendo, obrigatoriamente, aqueles utilizados em relação à literatura para adultos, a despeito da identidade e especificidade que se quer produzir.



De qualquer modo, é importante ressaltar que, apesar da **alardeada** “crise” no âmbito dos estudos literários, a partir da década de 1970, a entrada da literatura infantil na cena acadêmica, nessa época, **ocorre** com todo o vigor de campo emergente. Por essa razão, **se comumente** as pesquisas do tipo “estado do conhecimento” e os **balanços delas** decorrentes indicam esgotamento histórico de disciplinas, **áreas e** campos de conhecimento e pesquisa e de pressupostos teóricos, **métodos** e finalidades, neste caso, pelo contrário, em se tratando de campo ainda tão pouco explorado, este balanço objetiva propor uma reflexão sobre o já feito, a qual permita melhor avaliar o quanto ainda há por ser feito: um sério e rigoroso trabalho de crítica de textos de literatura infantil e juvenil que contribua para a produção e solidificação de uma teoria e uma história do gênero, no Brasil.

A esse respeito, apresento sugestões apenas de questões que estimulem a reflexão por parte dos interessados em estudarem a literatura infantil e juvenil, tomada como gênero literário, razão pela qual seu estudo deve privilegiar o que é substantivo “literatura”, sem, no entanto, desconsiderar seu principal atributo — “infantil” e/ou “juvenil” —, responsável por assegurar a especificidade e identidade desse gênero:

– deparando também o sujeito do discurso acadêmico produzido no âmbito de um curso de Pós-Graduação em Letras com aquelas limitações e impasses (do gênero e dos estudos sobre ele) e tendo que se utilizar, com competência, de métodos e procedimentos próprios da crítica, da teoria e da história da literatura “para adultos”, o grande desafio está em não deixar se diluírem as possibilidades analítico-interpretativas a partir das quais podem-se produzir a identidade e especificidade da literatura infantil e juvenil e os novos objetos e métodos a serem elaborados no âmbito desse campo de conhecimento;

– esse arriscado esforço demanda sobretudo uma opção metodológica por um trabalho de crítica que toma a configuração textual<sup>114</sup> como ponto de partida e de chegada para a análise e interpretação do corpus escolhido;

– mesmo com todas as dificuldades que se apresentam ao pesquisador iniciante nesse campo, torna-se necessário produzir um discurso crítico sobre o discurso literário, investindo na análise descritiva do corpus e permitindo ao leitor situar sua interpretação entre o que o Autor diz, ou quer que se leia, e o que a configuração textual permite que se produza como sentido autorizado que confere singularidade à produção literária destinada a um público criança ou jovem;

– conseguindo enfrentar satisfatoriamente cacoetes do crítico principiante, sobretudo em se tratando desse gênero, a pesquisa não se encerra antes da produção de um texto que vá convidando o leitor a acompanhar o processo de produção de seu objeto e a nele reconhecer o estatuto acadêmico-científico, na medida em que não se submete à tentação de tomar os textos como reflexo do contexto cultural e histórico, nem como reflexo da vida e obra de seu autor, nem tampouco apenas como sua “camada aparente” (Candido, 1993) indevidamente autonomizada e equivocadamente prescindindo da problematização sobretudo das relações entre literatura e ensino que conferem a “natureza” interdisciplinar ao seu estudo;

– da opção por tomar a configuração textual como centro da atividade crítica decorre uma outra relativa ao movimento da tese ou dissertação enquanto materialização discursiva e resultado da investigação: a teoria não deve ser “dada” previamente, visando-se à sua ulterior aplicação, mas apresentada à medida que a análise da configuração textual avança e vai demandando explicações; desse modo, sobressai-se o processo de produção discursiva do objeto, do qual se deduz a interpretação;

– é necessário, por fim, pensar: nas possibilidades da literatura infantil e juvenil enquanto campo de conhecimento e pesquisa, devida e justamente reconhecido em seu estatuto acadêmico-científico; no pesquisador em formação como um sujeito do conhecimento; e na pesquisa nesse campo do ponto de vista de sua dimensão pública e autônoma.

### *Considerações finais*

Filho legítimo e dileto das relações entre as pesquisas no âmbito dos estudos literários e da educação (e, mais recentemente, adotado pela psicologia), esse campo de conhecimento e pesquisa anseia por ver reconhecida sua maioridade, apresentando-se, ao pesquisador interessado, como fecundo e promissor. Embora ainda provisório e demandando uma abordagem interna mais minuciosa do material recolhido, este balanço espero que tenha sido útil, não como anúncio da “boa-nova”, mas para mostrar — inspirada nas reflexões de Chauí (1995) sobre a pesquisa no âmbito das Ciências Humanas — que estudar a literatura infantil e juvenil brasileira ainda faz sentido e corresponde a “necessidades e experiências reais que pedem interpretação e compreensão” (p.170).

## NOTAS

<sup>112</sup> Por falta de espaço, deixo de apresentar aqui o *Esboço de uma bibliografia brasileira sobre literatura infantil e juvenil* (Magnani, 1996, mimeo), onde se encontram organizados os dados em que me baseio para realizar este balanço. Vale ressaltar que se trata de resultado de pesquisa ainda provisório, devido sobretudo às dificuldades relacionadas tanto à precariedade dos registros da produção editorial e acadêmica em nosso país, quanto ao fato de esta pesquisa ter sido realizada sem financiamento e sem auxiliares, tendo contado apenas com a colaboração indireta de minhas orientandas Ana M. C. S. Menin (Dout. em Letras, UNESP-Assis), Senise Camargo Lima (Mest. em Letras, UNESP-Assis), Estela N. M Bertoletti (Mest. em Educação, UNESP-Marília) e de meu ex-orientando Aroldo J. A. Pinto (Mestre em Letras, UNESP-Assis).

<sup>113</sup> A consulta a que me refiro foi realizada por intermédio da Profa. Dra. Ana Maria Domingues de Oliveira, a quem agradeço a colaboração.

<sup>114</sup> Por “configuração textual” entende-se o conjunto de aspectos constitutivos de todo e qualquer texto, a saber: as opções temático-conteudísticas (o quê?) e estruturais-formais (como?) projetadas por determinado autor (quem?), que se apresenta como sujeito de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê?) e propósitos (para quê?) e visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor previsto (para quem?), assim como a circulação, utilização e repercussão logradas pelo projeto do autor ao longo da história (de leitura) do texto. Aplicado ao estudo do texto literário, esse conceito se aproxima da proposta de “crítica integradora” de A. Candido e oferece fecundas possibilidades de exploração desse tipo de texto, sem se desconsiderar sua natureza e especificidade. Para uma expansão do conceito de configuração textual, ver especialmente: MAGNANI, M.R.M. *Em sobressaltos: formação de professora*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993; e \_\_\_\_\_. Sobre ensino da leitura. *Leitura: teoria & prática*. n.25, p.29-41, jun.1995.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANDIDO, A. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993. p.9-15.
- CHAUÍ, M. Perspectivas para o futuro. In: \_\_\_\_\_. JANCSÓ, I. (org.) *Humanidades, pesquisa, universidade*. São Paulo: Comissão de Pesquisa/FFLCH/USP, 1995. p.159-71.